



II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas 22
a 24 de novembro de 2017

GT 4: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURIDADE SOCIAL

DIMENSÃO SOCIAL DO MERCOSUL

Giseli Aparecida de Oliveira, (Universidade Estadual de Ponta Grossa); email:gigi84olive@hotmail.com

Karine Fabiane de Lima, (Universidade Estadual de Ponta Grossa); Email: karine.f.lima@hotmail.com

TEMÁTICA: AGENDA SOCIAL DO MERCOSUL

RESUMO: O tema da pesquisa é a dimensão social do Mercosul no contexto das instituições que foram criadas ao longo dos anos. O Mercosul teve início em 1991, como uma estratégia política para elevar o comércio entre os países da região e ganhar espaço no cenário internacional. O processo de integração regional registrou avanços para além dos aspectos econômicos e passou a incluir debate e deliberações na área social. A partir de 2000 identifica-se o estabelecimento de uma agenda social para o Mercosul e a criação de mecanismos institucionais voltados para sua operacionalização. A Agenda Social do Mercosul pode ser compreendida como um conjunto de ações, programas e instituições que se constituem no âmbito da integração regional com o objetivo de redução das assimetrias e das desigualdades sociais nos países do bloco. O objetivo foi identificar essas instituições e seus objetivos que passam a fazer parte da organização institucional do bloco. Essa pesquisa é qualitativa e tem como procedimentos para coleta de dados a bibliográfica e documental.

Palavras chave: Mercosul, Agenda Social, Instituições.

1. INTRODUÇÃO

O Mercosul¹ teve em sua criação a finalidade fundamentalmente comercial, mas não pode evitar o tema das desigualdades e a discussão sobre a necessidade de criar mecanismos para redução de assimetrias no bloco. As discussões sobre as assimetrias do bloco iniciaram a partir dos anos 2000, e passaram a reconhecer as diferenças no tamanho das economias, e definir estratégias para o desenvolvimento do Mercosul, com investimento em infraestrutura e integração produtiva para a região.

A Agenda Social para o Mercosul passa estar em pauta, e com isso várias iniciativas com a criação de algumas instituições são criadas para atender essas demandas. Diante disso para a pesquisa temos como objetivo de destacar e resgatar as ações que vêm ocorrendo desde a criação do Mercosul com a finalidade

¹A integração regional do Mercosul – Mercado Comum Sul em 1991 tem como os primeiros integrantes a Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, a incorporação da Venezuela com ingresso em 2012, possui também Estados Associados Bolívia (em processo de adesão), o Chile (desde 1996), o Peru (desde 2003), a Colômbia e o Equador (desde 2004). Guiana e Suriname tornaram-se Estados Associados em 2013. Com isso, todos os países da América do Sul fazem parte do Mercosul, seja como Estados Parte, seja como Associado. (MERCOSUL, 2015)



na área social. Serão mencionados no artigo alguns pactos, normativas, leis entre outros documentos que firmados desde a criação do Mercosul², apresentando elementos e acontecimentos que foram marcantes nesse processo de criação da proposta da agenda social.

Para cumprir com os objetivos nos apropriamos de alguns procedimentos metodológicos para a pesquisa. A pesquisa é de caráter qualitativo, os procedimentos para coleta de dados foram: A pesquisa é exploratória e de natureza descritiva, devido a escassez de estudos na área relacionado sobre a dimensão social no Mercosul; utiliza-se de pesquisa bibliográfica, que consiste em levantamento bibliográfico, em obter informações teóricas sobre o processo de organização e a importância das Instituições, tendo em vista que refletem diretamente na estrutura de valores de uma sociedade. Também se utiliza a pesquisa documental, de acordo com Chizzotti (2006, p.13) “a pesquisa documental visa responder as necessidades objetivas da investigação [...], a pesquisa documental é parte integrante de qualquer pesquisa sistemática e precede ou acompanha os trabalhos de campo”.

O texto a seguir buscamos a descrever sobre a dimensão social do Mercosul com ênfase ao papel das instituições como marcantes com seus principais objetivos na área social.

2. A CRIAÇÃO DA AGENDA SOCIAL

Segundo o Instituto Social do Mercosul³ a construção da agenda social para o Mercosul se baseou em discussões sobre a Declaração do Milênio, uma reunião em setembro de 2000 com a presença de líderes de 189 países, que estabeleceram algumas metas para serem cumpridas, o pacto foi durante a Cúpula do Milênio promovida pela Organização das Nações Unidas em Nova York.

Desta discussão foi construído o documento denominado Declaração do Milênio, ficando acordados oito objetivos, conhecido como: “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – (ODM)”, com ações de combate à fome e à pobreza, associadas à implementação de políticas de saúde, saneamento, educação, habitação, promoção da igualdade de gênero e meio ambiente⁴.

Segundo a CEPAL (2005, p. 01) esse documento tem como base “*Establecieron los fundamentos de una agenda de desarrollo basada en valores que enriquecen profundamente las relaciones internacionales para el siglo XXI: la libertad, la igualdad, la solidaridad, la tolerancia, el respeto de la naturaleza y la responsabilidad común*”⁵. Esse documento serviu para pensar a dimensão social para o Mercosul, tendo como propósito elaborar estratégias de atuação no bloco,

² Vale ressaltar que se trata de um breve resgate destas iniciativas, ou seja, não serão aprofundadas as discussões.

³ Informações site oficial ISM disponível em < <http://ismercosur.org/pt-br/mercosul-social/>> acesso em janeiro de 2016

⁴ Informações em “Objetivos do desenvolvimento do Milênio - RELATÓRIO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO – 2004”.

⁵ Estabelecer os fundamentos de uma agenda de desenvolvimento baseada em valores que enriqueçam profundamente as relações internacionais para o século XXI: Liberdade, igualdade,



**II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas 22
a 24 de novembro de 2017**

Assumir a Dimensão Social da integração baseada no desenvolvimento econômico de distribuição equitativa, tendente a garantir o desenvolvimento humano integral, que reconhece ao indivíduo como cidadão sujeito de direitos civis, políticos, sociais, culturais e econômicos. Deste jeito, a Dimensão Social da integração regional configura-se como um espaço inclusivo que fortalece os direitos cidadãos e a democracia⁶.

A CEPAL (2005, p. 02), destaca que para atingir os objetivos do milênio é necessário ter acesso as condições básicas de sobrevivência com acesso igualitário, e destaca que,

A chave para atingir os Objetivos nos países de baixa renda é garantir que cada pessoa tenha os meios essenciais para uma vida produtiva. Na economia global de hoje, estes meios incluem capital humano adequado, acesso a infraestrutura essencial e direitos políticos, sociais e econômicos básicos. No processo de crescimento econômico, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio desempenham dois papéis. Primeiramente, os Objetivos são “fins em si mesmos”, no sentido de que a redução da fome, melhoria da saúde e da educação e acesso a água segura e saneamento são objetivos diretos da sociedade. Em segundo lugar, os Objetivos são também insumos para o crescimento econômico e o desenvolvimento adicional. Quando apropriadamente providos de capital humano, infraestrutura e direitos humanos básicos numa economia baseada em mercado, mulheres e homens podem conseguir emprego produtivo e decente através de iniciativa pessoal. Quando a infraestrutura, a saúde e a educação são disponibilizadas amplamente, os países pobres podem integrar a divisão de trabalho global de maneira que promovam o crescimento econômico, melhorem o padrão de vida e aumentem a sofisticação tecnológica.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) são divididos em oito prioridades sendo: 1- Acabar com a fome e a miséria; 2 - Educação Básica de qualidade para todos; 3 - Igualdade entre sexos e valorização da mulher; 4- Reduzir a mortalidade infantil; 5 - Melhorar a saúde das gestantes; 6 - Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; 7 - Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; 8 - Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento. (CEPAL, 2005)

Os Objetivos do Milênio têm como proposta a redução da desigualdade e propõe ações em áreas prioritárias. Foi diante deste acordo que os Ministros e Autoridades do Mercosul, fundamentaram seus conceitos para a dimensão social no Mercosul sendo eles:

- a) Centralidade da dimensão social na integração que pretenda promover um desenvolvimento humano e social integral.
- b) O indissociável do social e o econômico na formulação, desenho, implementação e avaliação das políticas sociais regionais.
- c) A reafirmação do núcleo familiar como eixo de intervenção prioritário das políticas sociais na região.
- d) A centralidade do papel do Estado.
- e) A proteção e promoção social desde uma perspectiva

solidariedade, tolerância, respeito a natureza e a responsabilidade comum. (CEPAL, 2005, p. 01, Tradução Nossa)

⁶ Informações site oficial ISM disponível em < <http://ismercosur.org/pt-br/mercosul-social/>> acesso em janeiro de 2017



**II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas 22
a 24 de novembro de 2017**

de direitos, superando a visão meramente compensatória do social. f) A participação de uma sociedade civil fortalecida organizacionalmente.⁷

Primeiramente para pensar em processo de fortalecimento institucional é fundamental definir objetivos que se pretende alcançar e os procedimentos para continuar avançando, o tema social no Mercosul foi pensado de modo preliminar com os Objetivos do Milênio, na busca do progresso econômico e social no alcance de uma melhoria constante nas condições de vida das pessoas. Com essas iniciativas é que se ampliou a institucionalização e a estrutura burocrática dentro do Mercosul.

Para isso também apresentamos algumas iniciativas que compõem o processo de construção de uma agenda social para o Mercosul, no estudo fazemos alguns comentários sobre alguns eventos, destacamos:

No ano de 1995⁸ o Grupo Mercado Comum instituiu, por meio da Resolução nº 20/1995, a criação dos Subgrupos de Trabalho (SGT)⁹ para dar seguimento ao processo de integração regional, dos quais, estavam voltados para a proteção social do trabalhador: SGT 10 – Assuntos Laborais, Emprego e Seguridade Social. O Subgrupo de Trabalho 10 do Mercosul - SGT 10 - Relações Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social, tem como objetivo discutir e elaborar as melhores condições de trabalho no âmbito do Mercosul.

Concomitante a isso a partir de 1995, houve pressão das centrais sindicais e movimentos populares¹⁰, no sentido de se cobrar mais ações do SGT 10, o que ocasionou em um evento denominado Dia Internacional de Luta pelos Direitos dos Trabalhadores do MERCOSUL¹¹ onde se publicou manifesto da classe trabalhadora analisando o contexto e a inércia dos Estados. (FILHO, 2009, p. 27-28)

O Mercosul a partir do SGT 10 em resposta às reivindicações, mas também se pautando por criar condições para impulsionar a livre circulação de trabalhadores, submeteu a aprovação, em 1997, o Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercosul e pela Declaração Sociolaboral (1998).

Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercosul: Prevê integração de sistemas previdenciários (velhice, idade avançada, invalidez e morte) e de saúde aos trabalhadores migrantes do bloco, bem como a seus familiares ou assemelhados. Traz ainda, a previsão de totalização, isto é, a possibilidade de se

⁷ Informações site oficial ISM disponível em < <http://ismercosur.org/pt-br/mercosul-social/>> acesso em janeiro de 2017

⁸ A integração regional abre espaço para a circulação de trabalhadores entre os países do bloco que, dessa forma coloca-se aos Estados a disciplina de regras da livre circulação de trabalhadores, bem como criar mecanismos para a garantia de direitos sociais, principalmente aqueles que variam de um Estado para o outro. (COSTA, 2009)

⁹ Os Subgrupos de Trabalho são: Comunicações (SGT 1); Aspectos Institucionais (SGT 2); Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade (SGT 3); Assuntos Financeiros (SGT 4); Transportes (SGT 5); Meio Ambiente (SGT 6); Indústria (SGT 7); Agricultura (SGT 8); Energia e mineração (SGT 9); Assuntos Laborais, Emprego e Seguridade Social (SGT 10); Saúde (SGT 11); Investimentos (SGT 12); Comércio Eletrônico (SGT 13) e; Acompanhamento da Conjuntura Econômica e Comercial (SGT 14). (MERCOSUL, 1995)

¹⁰ Com respaldo em normativas editadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Associação Internacional de Seguridade Social (AISS).

¹¹ Evento no Brasil, Ceará, em 17 de dezembro de 1996.



aproveitar, para fins de gozo de alguns benefícios previdenciários, o tempo de contribuição em um país, no outro. (MERCOSUL, 1997)

Acordo Multilateral é considerado o marco da proteção social em todo o Mercosul, pois fora o primeiro documento que conferiu direitos sociais aos indivíduos do bloco.

Também se pode destacar que muito embora o documento tenha sido aprovado em 1997, ele só entra em vigor em 2005, oito anos depois, após o depósito da via assinada pelo chefe de Estado paraguaio, desse modo é que podemos verificar a fragilidade em negociar com os estados em uma integração intergovernamental, sendo o que prevalece é o consenso dos Estados.

A Declaração Sociolaboral do Mercosul, datada de 18 de junho de 1998¹², assina o compromisso dos Estados Partes com as “declarações, pactos, protocolos e outros tratados que integram o patrimônio jurídico da humanidade”, sendo uma carta com princípios e direitos mínimos para proteção do trabalhador em quaisquer dos países desse bloco regional, no que exigirá que os países membros tenham que revisar e harmonizar legislações.

Outro subgrupo de trabalho que merece destaque é o SGT n^o 11 da área da saúde, que partiu de iniciativas das reuniões de Ministros de Saúde (RMS) em 1996, com o objetivo de coordenação de políticas sanitárias e construção de programas conjuntos, com discussões desde o ano de 1995. A criação desde Subgrupo de Trabalho da Saúde possui três comissões: Vigilância em Saúde, Produtos para a Saúde e Serviços de Atenção a Saúde. De acordo com a resolução GMC n^o 151/96 tem os seguintes objetivos:

Harmonizar as legislações dos Estados Partes referentes aos bens, serviços, matérias-primas e produtos da área da Saúde, os critérios para a vigilância epidemiológica e controle sanitário com a finalidade de promover e proteger a saúde e a vida das pessoas e eliminar os obstáculos ao comércio regional, contribuindo dessa maneira ao processo de integração.

Gomes (2008, p. 04), destaca que a principal dificuldade para integração do setor saúde no Mercosul refere-se às diferenças “quanto à organização dos seus sistemas de saúde, ao financiamento do setor e seus indicadores de saúde”.

Almeida (2008, p. 56) destaca que a partir de 1997 que foi realizada uma série de acordos entre os Ministros da Saúde, com algumas ações sendo elas: “Política de Medicamentos para o Mercosul; Vigilância e Controle de Enfermidades Transmissíveis (dengue, doença de chagas, cólera, febre amarela, sarampo e Síndrome Respiratória Aguda Grave - SARS); criação de um sistema de informações e comunicação em saúde, controle do tabaco; HIV/AIDS, saúde sexual e reprodutiva, saúde e desenvolvimento, revisão do Código Sanitário Internacional, e outros.

Dando continuidade nas ações no ano de 1999 assinaram-se acordos voltados ao combate da dengue, cólera, sarampo e carência de micronutrientes. No

¹² Sobre o tema citamos o trabalho de Silvia Hass Amaral com o tema “Terceirização, a responsabilidade do empregador e os direitos do trabalhador: o Brasil no contexto regional do Mercosul”, pelo Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG.



ano de 2000 foi definida uma política de medicamentos, com a criação de um banco de preços no âmbito do Mercosul, Bolívia e Chile. (ALMEIDA, 2008)

Com o intuito de intensificar as ações na área social no ano de 2000 foi um marco a assinatura da Carta de Buenos Aires sobre o Compromisso Social, segundo Ranzan (2011, p.29) as autoridades destacaram a necessidade de efetivar políticas sociais,

convencidos de que o desenvolvimento econômico e a plena integração regional só poderiam ser alcançados em um marco de justiça e equidade social, e tinham como objetivo fortalecer o trabalho conjunto entre os seis países, assim como o intercâmbio dos problemas sociais mais agudos que os afetam e a definição dos temas ou áreas aonde seja viável uma ação coordenada ou complementar tendente a sua solução

A carta proporcionou o caminho para a institucionalização da Reunião das Autoridades e Ministros responsáveis pelo Desenvolvimento Social em cada país (RMADS).

A reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do Mercosul (RMADS), iniciou no ano de 2000, tendo em vista a necessidade de trabalhar os temas sociais. A RMADS¹³ tem a função de orientar ações voltadas ao desenvolvimento social dos Estados Parte, tem como proposta gerar espaços de debate, na busca de consensos e definição de estratégias para a problemática social.

A partir da RMADS que se iniciam as discussões e pautas estratégias seguindo os objetivos do Desenvolvimento do Milênio para a construção de ações conjuntas para o Mercosul Social. Com a RMADS é que surgiu a necessidade de consolidar a criação do Instituto Social do Mercosul em 2007 como instrumento técnico-político que apoiasse as ações e propósitos da RMADS; e a construção do PEAS - Plano Estratégico de Ação Social em 2011.

O Plano estratégico de Ação Social (PEAS), foi aprovado na Cúpula de Assunção realizada em junho de 2011, por meio da Decisão CMC Nº 12/11 “é um instrumento fundamental para articular e desenvolver ações específicas, integrais e intersetoriais, que consolidem a Dimensão Social do Mercosul” (PEAS, p. 36), o PEAS conta com dez eixos fundamentais e compõe-se de vinte e seis diretrizes estratégicas para a região, que passam a ser desenvolvidos sob o formato de projetos sociais regionais. (PEAS, 2012)

Sendo os seguintes eixos: 1) Erradicar a fome, a pobreza e combater as desigualdades sociais; 2) Garantir os direitos humanos, a assistência humanitária e a igualdade étnica, racial e de gênero; 3) Universalizar a Saúde Pública; 4) Universalizar a educação e erradicar o analfabetismo; 5) Valorizar e promover a diversidade cultural; 6) Garantir a inclusão produtiva; 7) Assegurar o acesso ao trabalho decente e aos direitos previdenciário; 8) Promover a Sustentabilidade Ambiental; 9) Assegurar o Diálogo Social; 10) Estabelecer mecanismos de cooperação regional para a implementação e financiamento de políticas sociais

¹³ Informação disponível site oficial do Instituto Social do Mercosul, disponível em < <http://ismercotur.org/pt-br/mercosul-social/>>, acesso em junho de 2014.



O PEAS representa uma iniciativa para a dimensão social do Mercosul sendo um guia das ações entre os Estados-parte para políticas públicas para a região em orientar os trabalhos na área de desenvolvimento social.

Também um importante avanço sobre a dimensão social no Mercosul a criação das Cúpulas Sociais sendo um espaço importante no diálogo entre governo e sociedade civil. Os eventos das cúpulas são regulares e acontecem semestralmente, contam com a participação de vários setores da sociedade dentre eles citamos: organizações da agricultura familiar, cooperativas, economia solidária, pequenos e médios empresários, mulheres, juventude, direitos humanos, negros, estudantes, deficientes físicos, minorias sexuais, entre outros. As cúpulas sociais¹⁴ representam um avanço importante para a construção da agenda social, e espaços de decisão mais transparentes e participativos no Bloco. (ALMEIDA, 2008)

Destacamos também a iniciativa “Somos Mercosul” que foi criada em 2005 pela presidência Pro Tempore do Uruguai, tem por objetivo uma plataforma para a sociedade civil e atores sociais para discutir sobre a integração regional e seu processo, um espaço de comunicação direta com os governos. (ALMEIDA, 2008)

Desse modo o Mercosul passa a assumir um caminho de institucionalização com a criação de novos espaços para discutir diferentes temas na área social, por meio destas diferentes instâncias se amplia a pauta de integração.

3. CONCLUSÃO

O debate sobre a agenda social para o Mercosul e a criação de diversos acordos, as instituições sugeriram com o intuito de atender as diversas demandas existentes no bloco. A agenda social para o bloco parte das discussões sobre os Objetivos do Milênio. Damos destaque para a criação dos grupos de trabalhos (GT), que surgiram para discutir temas como a saúde e trabalho com várias ações nas áreas, outras foram ganhando destaque ao logo da integração como as cúpulas sociais, na participação da sociedade civil e o tema da coesão social com a RMADS, FOCEM e ISM. Essas iniciativas contribuem para os padrões institucionais na construção de uma agenda social no Mercosul e ocorre de maneira gradativa.

É possível observar que os acordos, leis, pactos, normas já existentes para a agenda social no Mercosul, ainda são insuficientes para dar conta frente as demandas existentes na região, mas o envolvimento crescente destas instituições mostrou-se fundamental, para pensar na dimensão social no bloco, embora existem muitos desafios, nota-se o tratamento do tema social como fundamental no processo de integração regional.

¹⁴Desde 2006, 15 edições da Cúpula Social foram realizadas: Córdoba e Brasília (2006); Assunção e Montevideu (2007); Tucumã e Salvador (2008); Assunção e Montevideu (2009); Isla del Cerrito e Foz do Iguaçu (2010); Assunção e Montevideu (2011); Mendoza e Brasília (2012); e Montevideu (2013). Milhares de participantes, de centenas de organizações sociais e movimentos populares dos Estados Partes e Associados, se incorporaram a esta experiência inovadora de participação social. (ALMEIDA, 2008)



4. REFERÊNCIA

ALMEIDA, Rosângela da Silva Almeida. **Proteção Social no Mercosul**: a saúde dos trabalhadores de municípios fronteiriços do rio grande do sul. Tese de doutorado Programa de Pós-Graduação do Curso de Doutorado em Serviço Social. Porto Alegre, 2008

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências humanas e sociais**. 8a São Paulo: Cortez, 2006.

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). **Panorama Social da América Latina**, 2014. Disponível em <<http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/1136=1>> acesso em junho de 2015

FILHO, José Soares. Mercosul: surgimento, estrutura, direitos sociais, relação com a Unasul, perspectivas de sua evolução. **In: Revista CEJ**, Brasília, Ano XIII, nº 46, p. 21-38, jul./set. 2009

GOMES, Fábio de Barros Correia. ASSIMETRIAS EM SAÚDE NO MERCOSUL. Biblioteca digital da câmara dos deputados, 2008. Disponível em <d.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/.../assimetrias_saude_barros.pdf> acesso em maio de 2015

MERCOSUL, Mercado Comum do Sul. **Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul**. 1997. Promulgado no Brasil pelo Dec. 5.722, de 13 de março de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5722.htm> Acesso em: 10 nov 2013.

MERCOSUL. Decisões CMC Nº 26/03, 45/04, 18/05, 03/07,37/08, 51/08, 31/09, 08/11, 41/12.

PLANO ESTRATÉGICO DE AÇÃO SOCIAL DO MERCOSUL - (PEAS). Produção editorial: Tekoha, Assunção, Paraguai - Junho de 2012

PLANO PRÁTICO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS OBJETIVOS DO MILÊNIO. **Programa das nações unidas**, 2005. Disponível em <<http://www.unmillenniuugueseoverview.pdf>> acesso em janeiro de 2015

RANZAN, Eduardo Antônio Campos. **Mercosul** no século XXI : combatendo assimetrias e ampliando o diálogo. Monografia apresentada para o curso de Relações Internacionais. Univerdidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.